

A Cultura Histórica no Brasil: Uma análise panorâmica do conceito e suas múltiplas dimensões historiográficas

Historical Culture in Brazil: A Panoramic Analysis of the Concept and Its Multiple Historiographical Dimensions

La Cultura Histórica en Brasil: Un análisis panorámico del concepto y sus múltiples dimensiones historiográficas

Arnaldo Szlachta*

Resumo: O presente artigo analisa o conceito de Cultura Histórica no Brasil, destacando sua multifacetada construção teórica. Com base em um estudo de estado da arte da produção acadêmica brasileira publicada entre 1999 e 2015, a pesquisa organiza o debate em três eixos principais: (1) Cultura Histórica como produção e mediação do conhecimento histórico, enfatizando o papel crítico e epistemológico da historiografia; (2) Cultura Histórica como espaço social, político e identitário, voltado à construção de identidades coletivas e à circulação de narrativas sobre o passado; e (3) Cultura Histórica como dimensão escolar e formativa, especialmente articulada à Didática da História e aos usos públicos do passado. O estudo revela a Cultura Histórica como um campo dinâmico e plural, que articula epistemologia, prática social e Ensino de História, com destaque para os debates desenvolvidos na Universidade Federal da Paraíba e para a recepção das perspectivas de Jörn Rüsen no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Cultura Histórica; Didática da História; Historiografia; usos do passado.

* Doutorado em História pela Universidade Estadual de Maringá, UEM. Professor da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5839-8224>



Abstract: This paper analyzes the concept of Historical Culture in Brazil, highlighting its multifaceted theoretical construction. Based on a state-of-the-art study of Brazilian academic production published between 1999 and 2015, the research organizes the debate into three main axes: (1) Historical Culture as the production and mediation of historical knowledge, emphasizing the critical and epistemological role of historiography; (2) Historical Culture as a social, political, and identity-based space, focused on the construction of collective identities and the circulation of narratives about the past; and (3) Historical Culture as a school-based and formative dimension, especially connected to History Didactics and the public uses of the past. The study reveals Historical Culture as a dynamic and plural field that articulates epistemology, social practice, and History Education, with particular emphasis on the debates developed at the Federal University of Paraíba and on the reception of Jörn Rüsen's perspectives in the Brazilian context.

Keywords: Historical Culture; History Didactics; Historiography; uses of the past.

Resumen: El presente artículo analiza el concepto de Cultura Histórica en Brasil, destacando su multifacética construcción teórica. Basado en un estudio de estado del arte de la producción académica brasileña publicada entre 1999 y 2015, la investigación organiza el debate en tres ejes principales: (1) la Cultura Histórica como producción y mediación del conocimiento histórico, enfatizando el papel crítico y epistemológico de la historiografía; (2) la Cultura Histórica como espacio social, político e identitario, orientado a la construcción de identidades colectivas y a la circulación de narrativas sobre el pasado; y (3) la Cultura Histórica como dimensión escolar y formativa, especialmente articulada con la Didáctica de la Historia y los usos públicos del pasado. El estudio revela la Cultura Histórica como un campo dinámico y plural que articula epistemología, práctica social y Enseñanza de la Historia, con especial énfasis en los debates desarrollados en la Universidad Federal de Paraíba y en la recepción de las perspectivas de Jörn Rüsen en el contexto brasileño.

Palabras clave: Cultura Histórica; Didáctica de la Historia; Historiografía; usos del pasado.



Introdução

O conceito de Cultura Histórica emergiu como categoria analítica relevante na produção historiográfica brasileira sobretudo entre os anos 2000 e 2015, período em que se consolidaram importantes núcleos de pesquisa dedicados à sua elaboração teórica e aplicação empírica. Embora nas décadas recentes outras abordagens, como a História Pública, tenham ganhado crescente visibilidade no debate acadêmico, isso não significa um abandono ou superação do conceito de Cultura Histórica, mas antes um processo de complexificação e diversificação epistemológica do campo. Laboratórios e grupos de pesquisa consolidados, como o LAPEDUH/UFPR, o LAEH/UFPE e LEH/UFPE, e o GT de Ensino de História e Educação da ANPUH e programas de pós-graduação em diversas instituições brasileiras, seguem desenvolvendo projetos e investigações centrados na cultura histórica, evidenciando sua vitalidade e pertinência contemporânea. Trata-se, portanto, de um conceito em permanente discussão e reelaboração, não de um campo estagnado ou ultrapassado.

Ao problematizar a forma como a sociedade se relaciona com o passado, essa noção transcende a ideia tradicional de historiografia como monopólio dos historiadores, incorporando um campo mais amplo, no qual múltiplos atores sociais, educadores, jornalistas, artistas e instituições públicas participam da produção e da circulação de narrativas sobre o passado.

A ampliação do campo histórico permite compreender como o conhecimento sobre o passado é construído, apropriado e instrumentalizado em diferentes contextos e com finalidades diversas. Assim, a Cultura Histórica revela-se como um campo de disputas simbólicas, no qual memória coletiva, identidade social e projetos de futuro são constantemente negociados.

Na primeira parte do texto, discutimos a Cultura Histórica a partir da Didática da História, destacando que grande parte da produção brasileira se inspira nessa origem epistemológica. Em seguida, aproximamos esse debate das tradições alemã e holandesa, ainda em processo de recepção no Brasil, especialmente a partir das contribuições de Jörn Rüsen (2007; 2014; 2015), Grever e Adriaansen (2017; 2025). Nessa perspectiva, a Cultura Histórica é compreendida como o espaço em que os indivíduos interpretam o mundo e a si mesmos, estruturando a experiência temporal e orientando ações práticas, articulando dimensões cognitivas, estéticas, políticas e morais.

Muito antes da ampla circulação das traduções ligadas à Didática da História (Bonete; Szlachta, 2023) de matriz alemã, o conceito de Cultura Histórica já vinha sendo debatido no Brasil desde a década de 1990, inclusive a partir de outros referenciais teóricos. Após a chegada dessas traduções, alguns autores passaram a dialogar diretamente com a obra de Rüsen, enquanto outros desenvolveram abordagens próprias, como evidenciam as produções e eventos promovidos pela Universidade Federal da Paraíba a partir de 2005.



Fica evidente que o conceito de Cultura Histórica, ao ser introduzido e desenvolvido no Brasil, revela-se multifacetado, abrangendo diferentes dimensões do conhecimento e da experiência social. A partir das contribuições de diversos autores, torna-se necessário organizar esse campo em categorias que evidenciem seus principais eixos de reflexão e atuação. Neste artigo, propomos três eixos analíticos para compreender o constructo teórico da Cultura Histórica no Brasil: (1) Cultura Histórica como produção e mediação do conhecimento histórico; (2) Cultura Histórica como espaço social, político e identitário; e (3) Cultura Histórica como dimensão escolar e formativa. Essas categorias não são divisões estanques, mas formas de tornar visível a amplitude e a complexidade do conceito, permitindo uma visão estruturada das múltiplas perspectivas que o constituem.

Este artigo configura-se como um estudo de estado da arte sobre o conceito de Cultura Histórica no Brasil, vinculado a uma investigação mais ampla sobre a recepção da Didática da História no contexto brasileiro e seus desdobramentos no campo do Ensino de História. O objetivo central é mapear, sistematizar e analisar criticamente as principais apropriações conceituais da Cultura Histórica na produção acadêmica brasileira, identificando tendências teóricas, filiações epistemológicas, disputas interpretativas e suas articulações com contextos institucionais específicos.

O recorte temporal estabelecido: 1999 a 2015, se justifica por três razões principais. Primeiro, 1999 marca a publicação do trabalho pioneiro de Ângela de Castro Gomes sobre a Cultura Histórica do Estado Novo, considerado um dos primeiros usos sistemáticos do termo no Brasil. Segundo, o período entre 2005 e 2015 coincide com a consolidação de importantes núcleos de pesquisa dedicados ao tema, especialmente na Universidade Federal da Paraíba, com a criação do Programa de Pós-Graduação em História em 2005 e a organização do dossiê sobre Cultura Histórica pela revista *Saeculum* em 2007. Terceiro, o ano de 2015 corresponde ao período de maior intensidade produtiva sobre o conceito, após o qual se observa um deslocamento gradual de interesse para outros campos analíticos, como a História Pública e a Educação Histórica, sem que isso implique abandono completo do debate. A escolha por não incorporar produções posteriores a 2015 decorre do interesse específico em analisar o momento de consolidação conceitual da Cultura Histórica no Brasil, antes de sua posterior dispersão e reconfiguração.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre março e agosto de 2015, em bases de dados científicas como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e catálogos específicos de periódicos das áreas de História e Educação. Foram utilizadas combinações de palavras-chave em português: “Cultura Histórica”, “cultura de história” (tradução alternativa de *Geschichtskultur*), “didática da história”, “consciência histórica”, “usos públicos do passado” e “historiografia brasileira”.





Foram selecionados artigos publicados em periódicos com revisão por pares, capítulos de livros acadêmicos, dossiês temáticos e trabalhos apresentados em eventos científicos relevantes (ANPUH, ENPEH) que: (a) utilizassem explicitamente o termo ou o conceito de Cultura Histórica no título, resumo ou palavras-chave; (b) mobilizassem a Cultura Histórica como categoria analítica central, ainda que não nomeada explicitamente no título; (c) dialogassem com os referenciais teóricos de Jörn Rüsen, Bernard Guénée, ou outros autores identificados com esse campo conceitual.

Foram descartadas produções em que a expressão “Cultura Histórica” aparecesse apenas de forma periférica ou ilustrativa, sem função analítica; materiais de divulgação sem revisão por pares (blogs, sites institucionais, reportagens); trabalhos que utilizassem o termo apenas como sinônimo genérico de “memória coletiva” ou “senso comum histórico”, sem diálogo com a tradição teórica específica da Cultura Histórica.

O *corpus* final totalizou 32 textos, incluindo artigos (18), capítulos de livros (9), dossiês temáticos completos (3) e comunicações em eventos (2), produzidos por 24 autores diferentes, vinculados a 15 instituições brasileiras, com destaque para UFPB, USP, UFPR, UFRGS e UFMG.

A análise do *corpus* seguiu três etapas. Primeira etapa: leitura integral e fichamento dos textos, com identificação de filiações teóricas, contextos institucionais de produção, objetivos declarados e usos específicos do conceito. Segunda etapa: mapeamento das convergências e divergências conceituais, com atenção especial para a relação entre autores que dialogam diretamente com Rüsen e aqueles que desenvolvem abordagens próprias. Terceira etapa: elaboração indutiva de categorias analíticas a partir dos próprios dados, buscando agrupar os trabalhos segundo suas ênfases predominantes.

As três categorias propostas: (1) Cultura Histórica como produção e mediação do conhecimento histórico; (2) Cultura Histórica como espaço social, político e identitário; (3) Cultura Histórica como dimensão escolar e formativa, emergiram da análise do corpus e funcionam como operadores heurísticos para tornar visível a amplitude do conceito no Brasil. Não se trata de divisões estanques ou excludentes: um mesmo autor pode transitar entre diferentes categorias conforme o objeto específico de sua reflexão. A escolha por essas três dimensões justifica-se pela recorrência com que aparecem nos textos analisados e pela capacidade de evidenciar tanto a influência da Didática da História alemã quanto as especificidades das apropriações brasileiras do conceito.”

No contexto brasileiro, a Cultura Histórica, seja entendida como conceito, seja como termo aplicado a processos historiográficos, se manifestou de forma expressiva ao longo de pelo menos uma década. A análise do *corpus* evidencia, de um lado, o pioneirismo de Ângela de Castro Gomes, que introduziu o termo ao relacioná-lo às ações políticas do Estado Novo sob Vargas, e, de outro, a centralidade dos debates desenvolvidos

a partir de 2005 na Universidade Federal da Paraíba, que associam a Cultura Histórica ao processo historiográfico e às reverberações sociais da escrita da história. A partir dessas experiências e de outras contribuições, o artigo delinea o panorama das apropriações da Cultura Histórica no Brasil segundo os três eixos analíticos apresentados.

Cultura Histórica a partir da Didática da História, influência ou foco de críticas nas produções brasileiras

Nas palavras de Rüsen (2007, p. 121), a Cultura Histórica é:

[...] o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição de sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana. É nesse campo que os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio às mudanças temporais de si próprios e de seu mundo.

A Cultura Histórica é compreendida, assim, como o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico se manifestam na vida prática, articulando ciência, política e arte em diferentes formas de apropriação do passado. Em *Cultura faz sentido*, Rüsen (2014) destaca a Cultura Histórica como o “lugar” no qual o tempo histórico se transforma em experiência significativa para indivíduos e grupos sociais, de modo que o saber histórico, mais do que um conhecimento acadêmico fechado, atua como fator cultural de orientação da vida humana no tempo, dotado de funções práticas, normativas e interpretativas.

Odimar Cardoso, dialogando com Bernd Schönemann, enfatiza a indissociabilidade entre Cultura Histórica e Consciência Histórica. Para Schönemann, essas duas noções podem ser definidas sem contradição se forem entendidas, à luz da sociologia do conhecimento, como ‘dois lados de uma mesma moeda’: de um lado, a consciência histórica desenvolve-se como construto individual, durante processos de internalização e socialização; de outro, a Cultura Histórica, enquanto construto coletivo, forma-se no movimento oposto de externalização e objetivação (Cardoso, 2008, p. 159).

Nesse sentido, a historiografia não se limita à produção acadêmica: envolve também dimensões estéticas e retóricas que permitem ao saber histórico, enquanto construto cognitivo, operar na orientação prática da vida. Como o próprio Rüsen assinala, é preciso esclarecer como esse saber responde aos pontos de vista especificamente estéticos e políticos da orientação prática, preservando a pretensão de racionalidade cognitiva própria da história como ciência (Rüsen, 2007, p. 121–122). A instrumentalização do saber histórico por interesses políticos ou artísticos não deve ser negada, mas analisada criticamente, uma vez que ciência, política e arte podem se instrumentalizar

mutuamente, com riscos de abreviação ou mutilação da complexidade da consciência histórica.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção de Grever e Adriaansen (2017; 2025), que revisitam o conceito de Cultura Histórica com base em três dimensões interligadas: (1) narrativas e performances do passado, que incluem práticas sociais, artísticas e midiáticas; (2) infraestruturas mnemônicas, como museus, arquivos, monumentos e sistemas educacionais; e (3) concepções de história, entendidas como interpretações teóricas, acadêmicas e populares sobre o passado. Para as autoras, “as culturas históricas dependem de concepções que relacionam passado, presente e futuro” (Grever; Adriaansen, 2017, p. 39). Nesse modelo, a Cultura Histórica configura-se como um campo de interações e disputas em que diferentes agentes sociais, historiadores, artistas, educadores, políticos e o público – constroem sentidos sobre o passado que afetam diretamente a maneira como os indivíduos e grupos se situam no presente e projetam o futuro.

Tanto Rüsen quanto Grever e Adriaansen enfatizam, portanto, que a Cultura Histórica não é neutra: ela é permanentemente atravessada por valores, disputas de poder e interesses políticos. Longe de ser motivo para recusar seu estudo, esse caráter conflitivo reforça a importância de abordá-la criticamente, compreendendo seus múltiplos usos e apropriações. A consciência histórica, nesse quadro, constitui uma competência humana essencial, que permite dar sentido à experiência temporal de modo racional, normativo e prático; estudar a Cultura Histórica significa, assim, investigar como o saber histórico é produzido, transmitido, apropriado e disputado nos mais diversos contextos sociais e culturais, tarefa central para pensar o Ensino de História na contemporaneidade, sobretudo diante dos riscos de banalização, negacionismo e uso político da memória.

A partir da aproximação entre Rüsen (2001, 2007, 2014, 2015) e Grever e Adriaansen (2017; 2025), é possível evidenciar que a Cultura Histórica articula múltiplas dimensões da experiência humana no tempo. Para Rüsen (2015), ela se expressa em cinco dimensões¹: cognitiva, estética, política, moral, que conduz ao discurso de responsabilidade histórica, e religiosa. Essas dimensões, permeadas por processos de instrumentalização e esforços de compensação, “determinam a dinâmica interna de uma rede complexa de relações” (Rüsen, 2015), nas quais se verificam assimetrias e relações de subordinação, cabendo à ciência da História a tarefa de orientação e crítica.

Entre essas cinco dimensões, três são fundamentais para este trabalho: a estética, a políticomoral e a cognitiva. A dimensão estética manifesta-se nas produções artísticas, literatura, teatro, novela, romance, poesia, arquitetura, pintura, entre outras, que expressam experiências humanas em diferentes tempos e espaços. Nesse caso, não se trata de “procurar o histórico no estético”, mas de identificar a presença do estético no histórico (Rüsen, 2007; Alves, 2011). Inserem-se também nessa dimensão os manuais

didáticos de História, enquanto elementos da cultura escolar e expressões de determinadas culturas históricas, aspecto que dialoga diretamente com a análise de materiais escolares realizada pela pesquisa.

A dimensão políticomoral, presente em toda forma de organização política e institucional, revela-se como construção histórica sustentada por experiências humanas simbolicamente representadas. Nesse âmbito, a escola ocupa lugar central: é responsável tanto por alinhar saberes ao sistema vigente quanto por acolher, ou não, ideias oriundas de documentos curriculares oficiais. Martins (2007, p. 36) reforça essa concepção ao afirmar que “a legitimidade é a aptidão estrutural do sistema político para receber adesão, supondo-se que os mecanismos de sua justificação encontram base (real ou forjada) na memória histórica da coletividade”. Isso mostra que sistematizações curriculares e políticas educacionais são atravessadas por disputas em torno da memória histórica e dos interesses governamentais.

Já a dimensão cognitiva está ligada à criação de mecanismos sociais de seleção das experiências a serem interpretadas, de modo a garantir orientações temporais para a vida prática. A História exerce papel essencial nesse processo, pois fornece parâmetros para a análise cultural e para a atribuição de sentido às mudanças históricas (Rüsen, 2007). No caso desta investigação, tal dimensão permite observar como cidadania, direitos e identidades se manifestam na cultura escolar, especialmente em coleções de manuais didáticos de História do ensino fundamental.

Nesse horizonte, as contribuições de Estevão Chaves de Rezende Martins ajudam a reforçar a centralidade da Cultura Histórica para a constituição da identidade. Para o autor, “o primeiro aprendizado histórico possível é, no âmbito da cultura histórica disponível, a transformação da experiência em história” (Martins, 2012, p. 68). A Cultura Histórica funciona, assim, como mediadora entre vivência e narrativa, permitindo que o indivíduo se compreenda no tempo e na coletividade. A historicidade é constitutiva do ser humano enquanto agente racional, pois é na relação com o tempo vivido, refletido e narrado que se dá a apropriação cultural da experiência (Martins, 2012).

O pensamento histórico é compreendido por Martins como processo discursivo, no qual a experiência é sistematizada por meio da narrativa. A consciência histórica emerge, então, como competência temporal ativa, capaz de articular memória e expectativa, passado e futuro, no movimento constante de reflexão e interpretação da experiência humana. Nessa perspectiva, “o fator cultura, adicionado do qualificativo ‘histórica’, erige-se assim em recurso fundante da constituição, estabilização e gestão da identidade pessoal do agente” (Martins, 2012, p. 68). A narrativa de si, cotidianamente reelaborada, reúne a matéria-prima do acervo cultural em que o sujeito se situa e situa suas comunidades imediatas e mediatas. Dessa forma, a Cultura Histórica é, ao mesmo tempo, condição da experiência humana e recurso essencial para a constituição de identidades pessoais e coletivas.



O entrelaçamento entre as dimensões estética, políticomoral e cognitiva influencia diretamente o cotidiano social, podendo resultar tanto em manipulação ideológica e relativismo ético quanto em projetos voltados à dignidade humana, diversidade, liberdade e igualdade (Alves, 2011). Nesse quadro, a Cultura Histórica e suas dimensões contribuem para a formação de identidades, memórias, símbolos e representações temporais que moldam a experiência histórica de indivíduos e grupos.

Esse processo envolve tanto pesquisas quanto confrontos e aproximações entre ensino escolar e documentos institucionais que buscam consolidar uma memória comum do passado. A História, enquanto conteúdo da consciência histórica, conecta passado, presente e futuro, o passado como interpretado, o presente como vivido e o futuro como projetado, mas só adquire sentido a medida em que os sujeitos atribuem interpretações ao que aprendem (Rüsen, 2015).

A Didática da História, nesse contexto, não se limita à sala de aula: ela abrange todos os espaços sociais em que o saber histórico circula e, por isso, investiga a Cultura Histórica em suas especificidades e no conjunto da vida em sociedade. O ensino de História permanece, assim, “à vista”, como uma das instituições mais importantes da Cultura Histórica, determinado de modo especial pelos processos de aprendizagem (Rüsen, 2015).

À luz das reflexões de Rüsen (2001; 2007; 2014; 2015), Grever e Adriaansen (2017; 2025), Martins (2007) e outros autores, a Cultura Histórica pode ser compreendida como um campo dinâmico, plural e crítico, no qual a história se articula com múltiplas dimensões – estética, cognitiva, política, moral e religiosa – para dar sentido à experiência temporal humana. Longe de restringir-se ao espaço acadêmico, ela perpassa práticas sociais, produção artística, disputas políticas e processos de aprendizagem formais e não formais, sendo ao mesmo tempo produto e produtora de valores, identidades e memórias coletivas. A Consciência Histórica, entendida como operação mental essencial para a orientação da vida prática, complementa essa perspectiva ao evidenciar a internalização individual de significados históricos, em constante diálogo com sua objetivação social; pensar a Cultura Histórica, como conceito, implica investigar as formas de interpretação, apropriação e disputa do passado e sua centralidade na formação cidadã e na elaboração de sentidos sobre o presente e o futuro.

A articulação entre Cultura Histórica e Didática da História constitui um dos eixos mais produtivos da recepção brasileira do conceito, especialmente a partir dos trabalhos desenvolvidos no campo da Educação Histórica. Para Rüsen (2015), a Didática da História não se restringe ao ensino escolar, mas abrange todas as formas e funções do pensamento histórico na vida prática, investigando como o saber histórico é produzido, transmitido, apropriado e utilizado em diferentes contextos sociais. Nessa perspectiva ampliada, a Cultura Histórica torna-se o campo empírico por excelência da Didática



da História, o espaço concreto onde se manifestam as operações de constituição de sentido histórico que orientam a vida humana no tempo.

A Educação Histórica contemporânea, tal como desenvolvida por pesquisadores como Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Ronaldo Cardoso Alves e outros, apropria-se dessa perspectiva para investigar não apenas o que se ensina nas escolas, mas como os sujeitos — crianças, jovens, adultos — efetivamente aprendem História, constroem narrativas sobre o passado e desenvolvem competências de orientação temporal. Isso implica reconhecer que a aprendizagem histórica ocorre tanto dentro quanto fora da escola, mediada por múltiplas instâncias da Cultura Histórica: museus, monumentos, filmes, séries televisivas, redes sociais, comemorações públicas, debates políticos.

A Educação Histórica, portanto, não investiga apenas o ensino formal, mas todo o espectro de experiências formativas que constituem a consciência histórica dos sujeitos em contextos de Cultura Histórica específicos. Esse deslocamento teórico tem consequências metodológicas importantes: em vez de partir de pressupostos normativos sobre o que os estudantes deveriam aprender, a pesquisa em Educação Histórica busca compreender empiricamente como eles de fato pensam historicamente, quais narrativas mobilizam, quais critérios de plausibilidade utilizam, como articulam passado, presente e futuro. A Cultura Histórica, nesse quadro, não é apenas conteúdo a ser ensinado, mas condição de possibilidade e horizonte de sentido de todo processo de aprendizagem histórica

Os demais trabalhos mapeados, em maior ou menor grau, dialogam diretamente com a teoria de Rüsen, com destaque para as análises de Estevão de Rezende Martins, Maria Auxiliadora Schmidt e Sonia Wanderley, que utilizam sua perspectiva como eixo estruturante. Seguimos na proposta de categorização dos usos da Cultura Histórica no contexto da historiografia brasileira.

A recepção da Didática da História alemã no Brasil, especialmente das contribuições de Rüsen, não ocorreu de forma homogênea ou acrítica. Embora diversos autores reconheçam a sofisticação teórica do modelo ruseniano, alguns pesquisadores brasileiros apontam limites e riscos em sua apropriação direta, especialmente quando transplantado para contextos históricos, políticos e educacionais distintos daqueles da Europa Central. Uma primeira tensão diz respeito à ênfase excessivamente cognitivista e racionalista do modelo de consciência histórica proposto por Rüsen, que privilegia a dimensão epistemológica em detrimento das experiências afetivas, corporais e sensíveis que também estruturam a relação dos sujeitos com o passado. Uma segunda tensão refere-se à insuficiente tematização das relações de poder, colonialidade e desigualdade estrutural que marcam a produção e circulação de narrativas históricas em sociedades periféricas como a brasileira.

Como observam Bauer e Nicolazzi (2016), a Cultura Histórica contemporânea caracteriza-se por disputas acirradas entre diferentes modalidades de representação do passado, nas quais a autoridade da historiografia acadêmica frequentemente cede espaço a narrativas midiáticas, testemunhais e memorialísticas, fenômeno que exige análises mais atentas às dinâmicas de legitimação e poder.

Uma terceira tensão, apontada especialmente por autores ligados à UFPB como Elio Chaves Flores, refere-se à necessidade de pensar a Cultura Histórica a partir das especificidades da formação social brasileira, de suas tradições historiográficas próprias e de seus desafios políticos e educacionais contemporâneos, evitando tanto o eurocentrismo conceitual quanto a mera aplicação de modelos externos. Essas tensões não invalidam a contribuição de Rüsen, mas indicam a necessidade de um diálogo crítico, criativo e situado, capaz de reconhecer tanto as potencialidades quanto os limites de sua perspectiva para a compreensão da Cultura Histórica no Brasil.

Cultura Histórica como Produção e mediação do conhecimento histórico

Nesta primeira categoria, enfatizamos o papel do historiador como mediador entre passado e presente e o caráter crítico e interpretativo da escrita da história. A Cultura Histórica é entendida aqui como um espaço de reflexão sobre os processos historiográficos, seus fundamentos teóricos e metodológicos e as formas de construção de sentidos históricos. Mais do que simples memória coletiva, trata-se de um campo de debates e disputas intelectuais que busca compreender como o conhecimento histórico é produzido, legitimado e utilizado socialmente.

Ângela de Castro Gomes é uma das primeiras historiadoras a mobilizar o termo “Cultura Histórica” no Brasil. No texto “A ‘Cultura Histórica’ do Estado Novo” (1999), a autora compreende a Cultura Histórica como a relação que uma sociedade mantém com o seu passado, isto é, como determinados grupos sociais reconhecem, selecionam e atribuem valor às experiências pretéritas em um dado contexto histórico. Com base na obra de Bernard Guenée, Gomes enfatiza que compreender a Cultura Histórica significa analisar “o que as pessoas consideram como seu passado e o espaço que esse passado ocupa em sua vida social e política” (Gomes, 1999, p. 121–122).

Em sua abordagem, Gomes trabalha sobretudo com a grafia “cultura histórica” em minúsculas, o que indica, mais do que a formalização de um conceito sistemático, o uso de um termo analítico voltado a interrogar práticas políticas de produção de memórias. Ela entende a Cultura Histórica também como prática de investigação das políticas culturais implementadas pelo Estado Novo, que buscaram moldar uma memória nacional e, conseqüentemente, influenciar identidades coletivas. A identidade dos grupos sociais é construída, nesse quadro, a partir de leituras do passado dinâmicas e

situadas, frequentemente orientadas por políticas estatais voltadas à conformação da memória coletiva (Gomes, 1999, p. 124).

Compreender a Cultura Histórica, para Gomes, implica reconhecer que ela não se restringe ao campo estrito da historiografia, mas abrange um conjunto mais amplo de expressões culturais – como literatura, folclore e outras formas de narrativa, que também elaboram sentidos sobre o passado. A análise da “cultura histórica” deve, portanto, considerar produções que extrapolam o texto histórico acadêmico, incluindo diferentes linguagens e suportes culturais (Gomes, 1999, p. 122).

Na Universidade Federal da Paraíba, consolidou-se, desde o início do Programa de PósGraduação em História, em 2005, um debate específico sobre Cultura Histórica. Buscando construir uma abordagem distinta da matriz alemã, cujas traduções de Jörn Rüsen ganham notoriedade no Brasil a partir dos anos 2000, esses pesquisadores desenvolveram uma tradição própria em diálogo com as necessidades da historiografia brasileira.

Elio Chaves Flores, professor da UFPB, é uma referência central nesse debate. No texto “Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica” (2007), publicado no dossiê sobre Cultura Histórica da revista *Saeculum*, o autor utiliza a grafia em minúsculas, mas trata a Cultura Histórica como conceito. Define-a como a intersecção entre a história científica, representada pela historiografia profissional, e as diversas formas de produção e difusão do passado realizadas por outros intelectuais e criadores culturais – cronistas, jornalistas, cineastas, memorialistas. Assim, a Cultura Histórica não se limita ao campo acadêmico, mas abrange narrativas populares e midiáticas que contribuem para a construção de entendimentos sobre o passado.

A Cultura Histórica, para Flores, constitui um campo que ultrapassa a exclusividade dos historiadores, pois envolve a apropriação e a circulação do conhecimento histórico por diferentes grupos sociais. Caracteriza-se pela vulgarização e divulgação do passado, conferindo-lhe sentido histórico, e assume papel central na formação da identidade social de uma comunidade (Flores, 2007). Nessa perspectiva, ela é também espaço de reflexão que incorpora regionalidades e ensino de história, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das realidades locais e dos acervos documentais. Como afirma o autor, a aposta epistemológica na Cultura Histórica remete à construção de um campo de lutas dos historiadores voltado a uma história “interessada”, aplicada à cidadania e ligada a tradições emancipacionistas.

[...] a aposta epistemológica pela Cultura Histórica remete à construção de um campo de lutas dos historiadores capaz de reinstituir a história interessada. Parece não haver mais dúvida de que a história, independente de sua adjetivação, não prescinde de ser uma ciência aplicada à cidadania, especialmente aquela cidadania necessária e desejada por tradições emancipacionistas. (Flores, 2007, p. 94).

Dessa forma, a Cultura Histórica é entendida não apenas como campo epistemológico, mas também como prática comprometida com a cidadania e com a crítica social. Ao ultrapassar o culturalismo tradicional, ela não rejeita a herança dos Estudos Culturais, mas reafirma a necessidade de uma reflexão crítica e situada sobre o papel do historiador. Envolve a incorporação da crítica às relações de poder, à economia e à política, reconhecendo, como demonstra Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano* (1994, obra originalmente publicada em francês em 1980), que as práticas culturais e as inovações simbólicas sempre emergem de contextos de conflito social, de disputas de poder e de táticas de resistência dos sujeitos ordinários diante das estratégias de dominação e de vitórias políticas.

Por isso, a Cultura Histórica implica uma sólida formação teórico-metodológica, a análise das experiências históricas e culturais e a exploração de novos campos de pesquisa, incluindo o ensino de história e a difusão de saberes históricos, tanto em espaços acadêmicos quanto na tradição escrita e midiática que circula para além da ciência histórica estrita. Além disso, ao reconhecer que a Cultura Histórica não está exclusivamente presa ao ofício do historiador, Flores ressalta a importância de aprofundar pesquisas sobre regionalidades e ensino de história, de modo a articular processo histórico, memória local e formação de historiadores com melhor conhecimento de suas realidades e acervos documentais (Flores, 2007, p. 85).

José Jobson de Andrade Arruda, professor aposentado da USP, participa do dossiê da *Saeculum* com o artigo “Cultura Histórica: territórios e temporalidades historiográficas” (2007). O texto resulta de debates no Seminário “História e cultura histórica”, promovido pelo Programa de PósGraduação em História da UFPB, e adota a grafia “Cultura Histórica” com iniciais maiúsculas

Arruda (2007, p. 25) abre o artigo com a afirmação de que “pensar a Cultura Histórica é pensar historiograficamente”. A partir dessa chave, propõe compreender a Cultura Histórica como uma perspectiva historiográfica vinculada a diferentes formas de “cristalização do conhecimento histórico” e às “linhas mestras interpretativas” que se tornam hegemônicas e hegemônicas ao longo do tempo. Pensar a Cultura Histórica significa atravessar os vários momentos de cristalização historiográfica e seus paradigmas dominantes (Arruda, 2007, p. 1)

Nessa concepção, a Cultura Histórica não se reduz a exercício erudito, diletante ou mera literatura: ela remete diretamente ao núcleo da prática histórica, que é a produção de conhecimento. O autor enfatiza que a Cultura Histórica não pode ser entendida como “puro texto, puro discurso, pura literatura”, pois se orienta pelo objeto central da História: a construção de saber sobre o passado (Arruda, 2007, p. 6).

Segundo Arruda, a Cultura Histórica deve ser entendida como um campo de reflexão crítica, em que se elaboram e se confrontam paradigmas interpretativos que organizam o saber histórico. Ela se insere nos chamados “territórios historiográficos”,

atravessados por tensões conceituais e metodológicas entre macro e micro, estrutura e agência, análise e descrição. Mais do que acumular informações ou narrativas, trata-se de articular esses polos em busca de novos paradigmas que deem conta da complexidade do passado.

Portanto, para Arruda (2007), a Cultura Histórica é a forma pela qual se pensa, constrói e interpreta o passado. Ela não se restringe a um repertório de memórias ou discursos, mas constitui um espaço historiográfico dinâmico, atravessado por disputas teóricas, conceituais e temporais, orientado pela produção de conhecimento histórico.

Na coletânea *Cultura Histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20* (UFPB), José Carlos Reis discute “O lugar da teoriametodologia na Cultura Histórica” (também com iniciais maiúsculas). Para o autor, a Cultura Histórica corresponde à maneira como a história é compreendida, interpretada e utilizada na sociedade, articulando teoria, metodologia, práticas investigativas e a própria compreensão do passado pelos historiadores. Ela constitui um campo crítico e reflexivo, que não se limita a relatar eventos passados, mas analisa como o conhecimento histórico é produzido e como se relaciona com a verdade documental.

A Cultura Histórica, nesse sentido, se configura como espaço de debate e análise em que múltiplas interpretações podem emergir de um mesmo conjunto documental, evidenciando a complexidade e a historicidade da produção de sentidos sobre o passado. Reis enfatiza a centralidade da teoriametodologia nesse processo, afirmando que a questão teóricometodológica é “o olhar que sustenta, que estrutura, que dá sentido à pesquisa do princípio ao fim” (Reis, 2010, p. 31). Toda obra histórica implica, ainda que de forma não explicitada, uma postura teórica: “Toda obra histórica é uma ‘teoria’ em movimento, implícita e realizada” (Reis, 2010, p. 34).

Reis destaca ainda que a teoria não se refere a um espaço abstrato e intemporal, mas está profundamente ligada à prática: “A teoria com a qual o historiador trabalha não se refere a um não lugartempo. Ao contrário, ligada à prática, ‘teorizar’ é levar as ideias ao seu lugar” (Reis, 2010, p. 26). Nesse sentido, o historiador atua como mediador entre passado e presente, estabelecendo uma ponte entre diferentes temporalidades, viabilizando um diálogo sempre reconstruído entre homens do presente e homens do passado (Reis, 2010, p. 30).

O autor também associa Cultura Histórica e teoria da história, destacando que a historiografia sempre esteve vinculada às inovações teóricas oriundas de outros campos do conhecimento. Ele critica a resistência em reconhecer essa influência, observando que a história tem revisto seus “programas de pesquisa (paradigmas) seguindo as inovações teóricas oriundas de obras exteriores ao campo historiográfico” e que a historiografia “sempre andou a reboque em matéria de teoriametodologia” (Reis, 2010, p. 28). Para o autor, é necessário acolher e dialogar serenamente com filóso-

fos, psicanalistas, antropólogos, teóricos da literatura, sociólogos e mesmo com áreas como física e biologia.

Nesse contexto, a análise da escravidão brasileira exemplifica o “lugar central da teoriametodologia na Cultura Histórica”, pois evidencia que não existe uma “verdade objetiva, positiva, empírica, extraída diretamente das fontes” (Reis, 2010, p. 30). Ao contrário, toda interpretação histórica é atravessada por pressupostos teóricos que orientam a leitura das fontes e a construção do conhecimento.

José Carlos Reis entende a Cultura Histórica como inseparável da teoria da história. Ela é tanto prática quanto reflexão crítica, constituindo-se como um espaço epistemológico que organiza a pesquisa histórica, sustenta a mediação entre passado e presente e reconhece a influência das teorias externas na renovação da historiografia.

Estevão Chaves de Rezende Martins (2012) enfatiza a relação entre Cultura Histórica e constituição da identidade humana. Para o autor, “o primeiro aprendizado histórico possível é, no âmbito da cultura histórica disponível, a transformação da experiência em história” (Martins, 2012, p. 68). A Cultura Histórica funciona como mediadora entre vivência e narrativa, permitindo que o indivíduo se compreenda no tempo e na coletividade.

Martins sustenta que a historicidade é constitutiva do ser humano enquanto agente racional, pois é na relação com o tempo vivido, refletido e narrado que se dá a apropriação cultural da experiência. O aprendizado histórico torna-se o processo pelo qual o sujeito reelabora suas vivências, conferindo-lhes significado histórico por meio da Cultura Histórica e da linguagem. O pensamento histórico é compreendido como processo discursivo em que a experiência é sistematizada pela narrativa, e a consciência histórica emerge como competência temporal ativa, capaz de articular memória e expectativa, passado e futuro.

Nesse quadro, “o fator cultura, adicionado do qualificativo ‘histórica’, erigese assim em recurso fundante da constituição, estabilização e gestão da identidade pessoal do agente” (Martins, 2012, p. 68). A narrativa de si, cotidianamente reelaborada, reúne a matériaprima do acervo cultural em que o sujeito se situa e situa suas comunidades imediatas e mediatas. Assim, a Cultura Histórica é tanto condição da experiência humana quanto recurso essencial para a constituição de identidades pessoais e coletivas, o que reforça seu lugar central na produção e mediação do conhecimento histórico.

Cultura Histórica como Espaço social, político e identitário

Nessa categoria, o foco recai sobre os usos do passado na vida coletiva, reconhecendo que a história circula em diferentes meios – escolares, culturais, midiáticos e comunitários – e participa da construção de identidades sociais e nacionais. A Cultura

Histórica aparece como sistema dinâmico, marcado por disputas narrativas, memórias e silêncios, que influencia processos políticos e sociais e se vincula a relações de poder, projetos de identidade e estratégias de legitimação.

Rebeca Gontijo compreende a Cultura Histórica como um conceito amplo, que se refere ao conjunto de atitudes, valores e representações de uma sociedade em relação ao seu passado coletivo. Esse entendimento não se restringe à historiografia acadêmica, mas abrange a história ensinada nas escolas, monumentos, museus, instituições culturais e variadas formas de memória coletiva que circulam no espaço público. A Cultura Histórica inclui “predisposições conscientes e inconscientes da relação com o passado em um dado presente”, entendida como maneira particular de abordar o tempo que resulta em algo denominado história, “compreendida como conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e definidora de finalidade” (Gontijo, 2014, p. 46).

Para Gontijo (2014, p. 45), a Cultura Histórica tem papel central na autocompreensão da comunidade, porque articula memória coletiva e possibilidades de projeção de futuro. Ela “abarca [...] os múltiplos enfoques e narrativas onde o que está em jogo não é o conhecimento erudito sobre a história, mas a autocompreensão da comunidade num dado presente e suas possibilidades de projeção no futuro”

Gontijo propõe ainda entender a Cultura Histórica como um sistema social dotado de forte estabilidade, mas não inercial. Trata-se de um sistema pautado por certos consensos que organizam dissensos e submetido a uma dinâmica transformadora tendencialmente lenta, embora suscetível a mudanças significativas a partir de eventos pontuais, incluindo interdições, silêncios e práticas acadêmicas de escrita da história (Gontijo, 2014, p. 45). A Cultura Histórica configurase, assim, como espaço plural de produção de sentidos sobre o passado, envolvendo práticas acadêmicas, narrativas populares, representações públicas e disputas de memória, fundamental para compreender como sociedades elaboram identidade, cidadania e democracia.

Caroline Silveira Bauer e Fernando Felizardo Nicolazzi (2016), trazem o conceito também com iniciais maiúsculas, no artigo “O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da Cultura Histórica contemporânea”, trabalham o conceito de Cultura Histórica a partir dos modos pelos quais uma sociedade pensa a si mesma no tempo, articulando passado, presente e futuro.

Os autores enfatizam que a Cultura Histórica não se restringe à historiografia, mas abrange diversas outras formas narrativas que também produzem sentidos sobre o passado. Como observam:

A noção de Cultura Histórica aqui mobilizada remete para as formas pelas quais determinada sociedade pensa a si mesma no tempo, articulando as categorias de passado, presente e futuro e constituindo modalidades variadas de representação desta mesma experiência temporal. A historio-

grafia seria apenas uma destas modalidades que, em uma Cultura Histórica específica, insere-se em um contexto de tensões e disputas discursivas com outras modalidades distintas, tais como os registros testemunhais, os relatos de memória, as narrativas elaboradas por não historiadores entre outros. Considera-se ainda que estas modalidades de representação são também formas de tornar utilizável o passado representado em função das demandas colocadas pelo presente e em função das perspectivas de futuro elaboradas” (Bauer; Nicolazzi, 2016, p. 814).

Nessa perspectiva, a Cultura Histórica é um campo plural em que discursos acadêmicos, testemunhais, midiáticos e artísticos disputam espaço, legitimidade e autoridade na representação do passado. Os autores observam um traço marcante da Cultura Histórica contemporânea: o forte interesse popular pelo passado ocorre simultaneamente a uma crise de legitimação disciplinar da história, de modo que “o interesse popular pelo passado tem alcançado certo apogeu” enquanto o ensino político, existencial e filosófico da disciplina parece enfraquecido (Bauer; Nicolazzi, 2016, p. 822).

Esse diagnóstico evidencia como memória e suas formas de circulação assumem posição central na relação com o passado, muitas vezes em detrimento da autoridade da historiografia acadêmica. Fenômenos como o “fetichismo do passado” e a naturalização da memória tornam-se marcas da Cultura Histórica contemporânea, exigindo do historiador uma postura crítica diante dos usos públicos do passado. Para Bauer e Nicolazzi, a Cultura Histórica é, portanto, um espaço de tensões e negociações, no qual múltiplas narrativas competem pela capacidade de representar e tornar utilizável o passado, ampliando a compreensão da história como prática social e política situada no presente.

Cultura Histórica como Dimensão escolar e formativa

Nessa terceira categoria, o conceito de Cultura Histórica aparece diretamente vinculado ao ensino de História, aos processos de aprendizagem histórica e às práticas formativas. A Cultura Histórica circula em múltiplos espaços: museus, monumentos, mídias e escolas, e orienta a formação cidadã e a consciência histórica, articulando memória social, identidade e projetos de futuro. Essa perspectiva valoriza o papel da educação na construção de narrativas críticas e na formação de sujeitos capazes de interpretar e questionar os usos do passado.

Maria Auxiliadora Schmidt, principal referência da Educação Histórica no Brasil, trabalha a Cultura Histórica como categoria decisiva para compreender a produção e os usos da História na sociedade contemporânea. Para a autora, trata-se de um conceito abrangente que não se restringe ao campo acadêmico, mas envolve múltiplas esferas

da vida social, interferindo diretamente na escola e no ensino de História. No artigo “Cultura Histórica e cultura escolar: diálogos a partir da educação histórica”, ela define a Cultura Histórica como categoria de análise que permite compreender a produção e os usos da história no espaço público, incluindo o “boom” da História, o sucesso dos debates acadêmicos fora do circuito de especialistas e a sensibilidade do público diante de argumentos históricos para fins políticos (Schmidt, 2012, p. 96–97).

Schmidt destaca que a Cultura Histórica contempla diferentes estratégias de investigação científicoacadêmica, criação artística, luta política pelo poder, educação escolar e extraescolar, lazer e outras formas de memória histórica pública, entendidas como expressões de uma mesma “potência mental” (Schmidt, 2012, p. 97). Essa concepção amplia a compreensão da História para além do ambiente universitário, incorporando museus, monumentos, produções artísticas e práticas escolares como dimensões centrais da relação social com o passado.

Em texto posterior, “Cultura histórica e aprendizagem histórica” (2014), Schmidt retoma esse debate a partir de Rüsen, reafirmando a Cultura Histórica como categoria para analisar a produção e os usos da história no espaço público, marcada pelo aumento do interesse social pelo passado e pelo uso político de argumentos históricos. A Cultura Histórica envolve “embates, enfrentamentos e aproximações” entre investigação acadêmica, ensino escolar, conservação de monumentos, museus e outras instituições em torno de uma memória comum (Schmidt, 2014, p. 33). Ela enfatiza que a Cultura Histórica se materializa em artefatos, símbolos e linguagens que funcionam como mediadores das relações sociais, de modo que os sujeitos são, ao mesmo tempo, produtos e produtores dessa cultura (Schmidt, 2014, p. 33).

Nesse quadro, a escola assume papel privilegiado: manuais didáticos e materiais de ensino são canais centrais de transmissão da Cultura Histórica. Por isso, Schmidt defende não apenas projetos de avaliação e análise sistemática desses manuais, mas sobretudo pesquisas sobre como eles são efetivamente utilizados por Historiadores-docentes (Szlachta, 2025) professores e apropriados por alunos, articulando dimensões cognitivas, políticas, estéticas e éticas da formação histórica (Schmidt, 2014, p. 35).

Sônia Wanderley (2013) entende a Cultura Histórica como fenômeno social e comunicacional que ultrapassa os limites da produção acadêmica e se manifesta de modo intenso nas mídias de massa. Jornais, revistas, televisão, cinema e redes sociais não apenas transmitem informações, mas produzem interpretações do passado e estruturam a consciência histórica dos sujeitos, de modo que podem ser pensados como “lugares estruturadores de consciência histórica, portanto, produtores de Cultura Histórica” (Wanderley, 2013, p. 71).

A autora ressalta que narrativas midiáticas, ainda que não produzidas por historiadores, orientam modos de compreensão das experiências temporais e das memórias coletivas. Dialogando com Rüsen, afirma que narrativas televisivas – como as do tele-

jornal – podem ser entendidas como narrativas históricas na medida em que buscam orientar os indivíduos no tempo, configurando “uma história” enquanto trama de experiência temporal construída em função de necessidades de orientação (Wanderley, 2013, p. 68).

Wanderley destaca ainda que a Cultura Histórica reflete o papel crescente da memória histórica no espaço público, fenômeno que Rüsen associa ao “boom” da história e à atenção que debates acadêmicos passaram a receber fora do círculo de especialistas (Rüsen, 1994 *apud* Wanderley, 2013, p. 73). Compreender a Cultura Histórica em contextos midiáticos implica analisar também as relações de poder envolvidas na produção e circulação dessas narrativas, dado que os meios de comunicação fabricam representações que forjam significados e afirmam memórias individuais e coletivas (Wanderley, 2013, p. 70).

José Carlos Moreno (2014), ao discutir “Nação: a reforma de ensino no Paraná” na coletânea *Educar para a nação*, utiliza o termo “cultura histórica” em minúsculas para designar um conjunto de formas de pensamento histórico que ultrapassam a historiografia acadêmica e influenciam diretamente a ação dos indivíduos em diferentes dimensões da vida. Essa cultura atua como substrato social que sedimenta o sentimento de comunidade e projeta identidades coletivas ao longo do tempo, por meio do uso da memória histórica na construção de identidades nacionais.

Moreno destaca a ideia de Cultura Histórica escolar, entendida não apenas como transmissão de fatos, mas como produção de uma interiorização da memória social que envolve sentimentos, crenças, valores e hábitos. Nesse sentido, a Cultura Histórica no âmbito educacional contribui para criar um sentido de continuidade e lealdade a um projeto coletivo mais amplo, a nação, funcionando como processo de construção identitária que ultrapassa a vida individual e se apoia na memória coletiva. Inspirado em Rüsen, o autor define a Cultura Histórica como memória histórica exercida na e pela consciência histórica, articulando funções de ensino, entretenimento, legitimação política, crítica social e outras formas de atualização do passado (Moreno, 2014, p. 1).

As intervenções na Cultura Histórica, observa Moreno, vinculam-se com frequência a projetos políticos de poder e identidade, constituindo estratégias de legitimação e de busca de engajamento coletivo. A Cultura Histórica é, assim, elemento dinâmico e estratégico que participa das disputas sociais, políticas e educativas, articulando memória, identidade e ação na formação de identidades coletivas e na projeção de um sentido comum de pertencimento.

Marcelo Abreu e Marcelo Rangel (2015), no artigo “Memória, cultura histórica e ensino de história”, também utilizam o termo em minúsculas e o compreendem como conjunto de âmbitos específicos nos quais se dá a reconstituição e a evidência de memórias históricas. Inspirados sobretudo em Rüsen, mas em diálogo com Koselleck, Hartog e Gumbrecht, os autores destacam que a Cultura Histórica se manifesta em

múltiplos espaços, cinema, teatro, música, arquitetura, ensino de História e historiografia, como prática contínua de mobilização da memória e construção de narrativas históricas.

Para Abreu e Rangel (2015, p. 14) a Cultura Histórica é produzida nas práticas sociais que permitem aos indivíduos orientarse no presente a partir de interpretações do passado, configurando um campo de disputas em que diferentes versões são elaboradas, legitimadas ou silenciadas. Citando Rüsen, lembram que é necessário discutir esses espaços e suas narrativas históricas para evitar que um ímpeto etnocêntrico domine sua atividade. Eles chamam atenção para os riscos de etnocentrismo e auto-centramento na produção da Cultura Histórica e defendem uma postura crítica e ética diante das narrativas, comprometida com um universalismo fundado na experiência positiva da alteridade e da diferença (Abreu; Rangel, 2015, p. 19).

Assim, a Cultura Histórica é concebida como campo dinâmico e plural de memórias e narrativas, que articula razão estética, presente nas artes, e razão política, nos usos do passado para legitimar identidades e projetos coletivos. Sua função formativa, especialmente no ensino de História, deve orientarse por um compromisso ético e universalista, capaz de promover o reconhecimento da alteridade e fortalecer práticas democráticas.

Considerações Finais

A análise da produção acadêmica brasileira sobre Cultura Histórica entre 1999 e 2015 revela um campo conceitual dinâmico, plural e atravessado por tensões produtivas. A principal contribuição deste artigo consiste na sistematização dessa produção em três eixos analíticos — epistemológico, sociopolítico e formativo —, evidenciando que o conceito não se consolidou de forma homogênea no Brasil, mas foi apropriado, reelaborado e disputado segundo diferentes tradições intelectuais, filiações teóricas e contextos institucionais.

A tese defendida neste trabalho é que a Cultura Histórica no Brasil constitui um conceito em disputa, caracterizado por três movimentos simultâneos e não excludentes: (1) a recepção crítica da Didática da História alemã, especialmente de Jörn Rüsen, com adaptações e questionamentos às especificidades brasileiras; (2) o desenvolvimento de tradições próprias de reflexão historiográfica, como evidenciam os debates na UFPB a partir de 2005; (3) a articulação entre teoria da história, ensino de História e análise das culturas políticas brasileiras, movimento que diferencia a produção nacional de outras recepções latino-americanas ou ibéricas do conceito.

Entre os principais achados da pesquisa, destacam-se: a prioridade cronológica de Ângela de Castro Gomes no uso do termo no Brasil, ainda nos anos 1990, anterior à ampla difusão das traduções de Rüsen; a centralidade institucional da UFPB

na consolidação do debate, com a criação de linhas de pesquisa, dossiês temáticos e eventos acadêmicos dedicados ao tema; a diversidade de grafias (cultura histórica/Cultura Histórica) como indicador de diferentes graus de formalização conceitual; e a predominância de três grandes eixos de apropriação, correspondentes às categorias analíticas aqui propostas.

Este estudo apresenta limites que devem ser explicitados. O recorte temporal até 2015 impede a análise de desenvolvimentos posteriores, especialmente a crescente aproximação entre Cultura Histórica e História Pública a partir de 2016, fenômeno que merece investigação específica. O corpus privilegiou textos acadêmicos publicados, deixando de lado dissertações e teses que, em muitos casos, trazem elaborações originais não convertidas em artigos. A análise centrou-se predominantemente em autores ligados a programas de pós-graduação do Sul e Sudeste, com menor representação de outras regiões do país.

Desdobramentos futuros desta investigação incluem: estudos comparativos entre as apropriações brasileiras, argentinas e mexicanas da Didática da História alemã; análises empíricas da Cultura Histórica em contextos específicos (escolas, museus, mídias digitais); investigações sobre a relação entre Cultura Histórica e culturas políticas autoritárias no Brasil contemporâneo; e pesquisas sobre os usos do conceito por professores da educação básica, para além do circuito acadêmico.

A organização do debate em três categorias analíticas contribui para tornar visível a amplitude e a complexidade do conceito, permitindo que pesquisadores identifiquem com maior precisão suas filiações teóricas e escolhas epistemológicas. Ao evidenciar a não-homogeneidade da recepção brasileira, o artigo convida a um uso mais crítico e reflexivo do conceito, evitando tanto a mera importação de modelos estrangeiros quanto o isolamento provinciano.

Para o campo do Ensino de História, as implicações são significativas. Reconhecer a Cultura Histórica como campo plural, disputado e sempre situado historicamente implica repensar as práticas docentes não como mera transmissão de conteúdos, mas como participação ativa nas disputas contemporâneas sobre os sentidos do passado. Como argumentam Schmidt (2012, 2014) e Flores (2007), ensinar História é intervir na Cultura Histórica, é formar sujeitos capazes de orientação temporal crítica, é contribuir para a construção de memórias democráticas e inclusivas. Em contextos de crescente negacionismo, revisionismo autoritário e disputa político-ideológica sobre o passado, a Cultura Histórica emerge como categoria estratégica para compreender e enfrentar os desafios contemporâneos da formação histórica.

Estudar a Cultura Histórica no Brasil não significa apenas traduzir ou aplicar conceitos estrangeiros, mas participar de um esforço coletivo de reflexão crítica sobre como sociedades periféricas, marcadas por colonialidade, desigualdade e violência estrutural, elaboram narrativas sobre seu passado, constroem identidades coletivas

e projetam futuros possíveis. Nesse sentido, a Cultura Histórica revela-se não apenas como objeto de estudo, mas como horizonte ético-político para uma historiografia comprometida com a emancipação social e a justiça histórica.

Referências

ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, p. 7-24, 2015.

ALVES, Ronaldo Cardoso. *Aprender História com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. *Sæculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 16, p. 25-39, jan./jun. 2007.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set./dez. 2016.

BONETE, Wilian Junior; SZLACHTA, Arnaldo. A Didática da História: um inventário das proximidades em pesquisas na Europa e Canadá. *História Revista*, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 33-59, 2023.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. *Sæculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 16, p. 83-102, jan./jun. 2007.

GOMES, Angela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 36, n. 2, p. 103-108, 1999.

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. *Almanack*, Guarulhos, n. 8, p. 44-53, 2014.

GREVER, Maria; ADRIAANSEN, Robbert-Jan. Cultura histórica: um conceito revisitado. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 43, p. 1-29, 2025.

GREVER, Maria; ADRIAANSEN, Robbert-Jan. Historical Culture: A Concept Revisited. In: CARRETERO, Mario; BERGER, Stefan; GREVER, Maria (org.). *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 73-89.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Cultura e poder*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Cultura, história, cultura histórica. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 63-82, jul./dez. 2012.

MORENO, Jean Carlos. Nação e cultura histórica: a reforma de ensino no Paraná. In: SILVA, Cristiani Bereta da (org.). *Educar para a nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940*. Curitiba: CRV, 2014. p. 75-92.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JUNIOR, Raimundo Barroso (org.). *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século XX*. João Pessoa: Editora UFPB, 2010. p. 29-48.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão Chaves de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão Chaves de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira. Cultura histórica e aprendizagem histórica. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 31-50, jan./jun. 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira. Cultura histórica e cultura escolar: diálogos a partir da educação histórica. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 5-22, 2012.

SZLACHTA, Arnaldo. O porquê de usarmos o conceito de historiador-docente nas pesquisas em Didática da História. *História Hoje*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 32, 2025.

WANDERLEY, Sônia. Cultura histórica e mídias de comunicação: um estudo de caso. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 22, p. 135-154, 2013.

Notas

- 1 Inicialmente, nas obras *História Viva* (2007) e *Cultura Faz Sentido: orientações entre o ontem e o amanhã* (2014), Jörn Rüsen apresenta três dimensões da Cultura Histórica: estética, cognitiva e política. Posteriormente, em *Teoria da História: uma teoria da História como ciência* (2015), o autor amplia essa formulação para cinco dimensões, mantendo as anteriores e acrescentando as dimensões moral e religiosa. A dimensão moral, voltada à ética e aos valores, avalia as ações humanas ao longo do tempo sob as categorias de justo e injusto, certo e errado, contribuindo para o desenvolvimento de uma responsabilidade histórica. Já a dimensão religiosa relaciona-se às questões de sentido último da vida, ao sagrado e à transcendência, auxiliando os indivíduos a lidarem com limites existenciais, como o sofrimento, a morte e a finitude.